

O Curso de Gestão Socioambiental Territorial do Sul do Brasil como uma estratégia de fortalecimento da pesca artesanal e integração comunitária em unidades de conservação

Kênia Maria de Oliveira Valadares ^{1*} , Erika Ikemoto ¹ , Hugo Juliano Hermógenes da Silva ¹ , Janina Huk Schamberg ¹ ,
Célia Regina Nunes das Neves ², Cláudio de Araújo Nunes ³, Gilberto Ribas ⁴ , Maria Aparecida Ferreira ⁴
*Contato principal

¹ Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade/ICMBio, Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sociobiodiversidade Associada a Povos e Comunidades Tradicionais/CNPT, Florianópolis/SC, Brasil.

< kenia.valadares@icmbio.gov.br, erika.ikemoto@icmbio.gov.br, hugo.silva.bolsista@icmbio.gov.br, janina.huk@gmail.com >.

² Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas e dos Povos Extrativistas Costeiros e Marinhos/CONFREM, Belém/PA, Brasil. < luasoldasneves@gmail.com, gilribas1@hotmail.com, cidaibiraquera@gmail.com >.

³ Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais do Litoral do Paraná/MOPEAR, Guaraqueçaba/PR, Brasil.

< claudiomopear@gmail.com >.

⁴ Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas e dos Povos Extrativistas Costeiros e Marinhos/CONFREM, Florianópolis/SC, Brasil. < luasoldasneves@gmail.com, gilribas1@hotmail.com, cidaibiraquera@gmail.com >.

Como citar:

Valadares KMO, Ikemoto E, Silva HJH, Schamberg JH, Neves CRN, Nunes CA, Ribas G, Ferreira MA. O Curso de Gestão Socioambiental Territorial do Sul do Brasil como uma estratégia de fortalecimento da pesca artesanal e integração comunitária em unidades de conservação. Biodivers. Bras. [Internet]. 2026; 16(1): e2843. doi:10.37002/biodiversidadebrasileira.v16i1.2843

Recebido em 23/06/2025 – Aceito em 20/02/2026

RESUMO – As formações em gestão socioambiental do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade têm adquirido recortes territoriais visando uma melhor adequação às realidades regionais. No Sul do Brasil, o Projeto Áreas Marinhas e Costeiras Protegidas buscou promover processos formativos, contribuindo para a integração comunitária, o fortalecimento da pesca artesanal e a melhoria da participação social desse segmento na gestão das unidades de conservação marinho-costeiras. Associando as temáticas dos ciclos de formação do Instituto às demandas de capacitação já apresentadas anteriormente por pescadores e pescadoras* artesanais, o escopo do Curso de Gestão Socioambiental Territorial do Sul do Brasil foi desenvolvido numa oficina de planejamento. O objetivo deste trabalho é apresentar os principais resultados do curso e as decorrentes contribuições para o fortalecimento da pesca artesanal e integração de comunidades pesqueiras na gestão de unidades de conservação marinho-costeiras da região sul do país. O curso reuniu 34 participantes de dez unidades de conservação distribuídas em quatro estados. Os aprendizados e discussões foram muito aprofundados e propiciaram encaminhamentos relevantes para o segmento da pesca artesanal e do extrativismo costeiro e marinho. O curso foi fundamental para a troca de experiências e o compartilhamento de saberes e fazeres locais, tradicionais, técnicos e científicos, da oralidade e dos repasses culturais, contribuindo para a construção coletiva do conhecimento, a formação política dos participantes e o delineamento de estratégias conjuntas.

Palavras-chave: Gestão ambiental pública; capacitação; povos e comunidades tradicionais; zona costeira e marinha.

*A revista Biodiversidade Brasileira segue a norma culta da língua portuguesa, mas, neste artigo, os editores optaram por manter “pescadoras e pescadores” ao invés de “pescadores” por se tratar de importante diferenciação, representativa e estratégica para o estudo em questão.

The Socio-Environmental Management Course of South Brazil as a strategy of strengthening of artisanal fishery and community integration in protected areas

ABSTRACT – The socio-environmental management training of Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade has acquired territorial scopes aiming to better adapt to regional realities. In southern Brazil, the Global Environmental Facility Project for community integration and strengthening artisanal fishing sought to train social actors to improve the social participation of this segment in the management of the coastal-marine protected areas. The Territorial Socio-Environmental Management Course in Southern Brazil was developed during a planning workshop, associating the themes of past training cycles with new training demands already presented by artisanal fishermen and women. The objective of this work is to present the main results of the course and the resulting contributions to the strengthening of artisanal fishing and the integration of fishing communities in the management of these marine-coastal protected areas. The course brought together 34 participants from ten protected areas distributed across four states. The learning and discussions were very in-depth and provided relevant directions for the artisanal fishing and the coastal and marine extractives' segments. The course was fundamental for exchanging experiences and sharing local, traditional, technical and scientific knowledge and skills, including orality and cultural transfers, contributing to the collective construction of knowledge, the political formation of participants and the delineation of joint strategies.

Keywords: Public environmental management; training; traditional peoples and communities; marine-coastal zone.

El Curso de Gestión Socioambiental Territorial en el Sur del Brasil como estrategia para fortalecer la pesca artesanal y la integración comunitaria en áreas protegidas

RESUMEN – Las formaciones del Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade en gestión socioambiental ha adquirido alcances territoriales con el objetivo de adaptarse mejor a las realidades regionales. En el sur del Brasil, el Proyecto Global Environmental Facility de integración comunitaria y fortalecimiento de la pesca artesanal buscó capacitar actores sociales para mejorar la participación social de este segmento en la gestión de áreas protegidas en la zona marina costera. Asociando las temáticas de los ciclos de formación anteriores con las demandas ya presentadas por pescadores artesanales, el Curso de Gestión Territorial Socioambiental en el Sur de Brasil fue desarrollado durante un taller de planeamiento. El objetivo de este trabajo es presentar los principales resultados del curso y los aportes resultantes para fortalecer la pesca artesanal e integrar a las comunidades pesqueras en el manejo de estas unidades de conservación marino-costeras. El curso reunió a 34 participantes de diez unidades de conservación distribuidas en cuatro estados. El aprendizaje y las discusiones fueron muy profundos y brindaron direcciones relevantes para el segmento de la pesca artesanal y del extrativismo costero y marino. El curso fue fundamental para intercambiar experiencias y compartir habilidades y conocimientos locales, tradicionales, técnicos y científicos, de la oralidad y de las transferencias culturales, contribuyendo a la construcción colectiva de conocimientos, la formación política de los participantes y la delineación de estrategias conjuntas.

Palabras clave: Gestión ambiental pública; formación, pueblos y comunidades tradicionales; zona marina costera.

Introdução

As capacitações no âmbito do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), autarquia do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), perpassam por seus diversos macroprocessos, sendo a gestão socioambiental uma abordagem transversal e interdisciplinar. Nesse sentido, desde 2011, a Coordenação-Geral de Gestão Socioambiental (CGSAM/ICMBio) vem promovendo formações na temática socioambiental [1], vindo a culminar nos Ciclos de Formação em Gestão Socioambiental (GSA), que

visam conduzir processos educativos para aprimorar a participação da sociedade na gestão de unidades de conservação (UCs), considerando o contexto sociocultural de seus territórios e os princípios da gestão adaptativa.

Por meio da aplicação de conceitos e métodos de gestão de conflitos, educação ambiental crítica e gestão participativa, os ciclos de GSA buscam a compreensão dos contextos ambientais, sociais, culturais, políticos e econômicos de seus territórios, estimulando a articulação entre os diferentes setores, com vistas ao fortalecimento da participação social e promoção da justiça ambiental e climática. As capacitações são voltadas a servidores do ICMBio, dos demais órgãos do Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA), povos e comunidades tradicionais (PCTs), e atores sociais envolvidos com a conservação da biodiversidade, objetivando desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes para atuarem na Gestão Ambiental Pública (GAP).

Dada a enorme diversidade de conjunturas sociais que dialogam com o contexto da conservação ambiental nas áreas protegidas do Brasil, e considerando a imensa abrangência territorial das atribuições do ICMBio, verificou-se a necessidade de direcionar as formações em GSA para recortes territoriais mais específicos, levando em conta seus aspectos histórico, econômico, social e cultural e buscando analisar tais particularidades a partir de uma abordagem transdisciplinar. Assim surgiram os Cursos de Gestão Socioambientais Territoriais, que representam uma forma de potencializar as ações locais e regionais, sendo parte de uma estratégia de formação do ICMBio.

Outrossim, o Projeto Áreas Marinhas e Costeiras Protegidas (GEF Mar) é uma iniciativa do Governo Federal, que, por meio do MMA, e em parceria com instituições públicas e privadas e da sociedade civil organizada, visa promover a conservação da biodiversidade marinha e costeira, contribuindo com o fortalecimento de um sistema representativo e eficaz de participação social na gestão dos recursos naturais. Uma das formas de participação da sociedade civil no Projeto GEF Mar ocorre pela execução de subprojetos que objetivam promover a integração com as comunidades, por meio do fortalecimento institucional de organizações comunitárias e comunidades tradicionais, do manejo sustentável dos recursos naturais nas UCs e seus entornos, do monitoramento participativo da biodiversidade, entre outras estratégias [2]. As formações, capacitações e o envolvimento das comunidades na gestão das UCs aproximam os atores locais e criam uma rede de parceiros que tem contribuído diretamente com diagnósticos, monitoramento e gestão da zona costeira e marinha, de forma participativa.

O componente de integração comunitária do GEF Mar surgiu do pleito da Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas e dos Povos Extrativistas Costeiros e Marinhos (CONFREM), com o objetivo de fortalecer as lideranças e organizações da pesca artesanal e promover a integração das comunidades pesqueiras na gestão das áreas marinhas e costeiras protegidas.

Nesse contexto, o subprojeto de Integração Comunitária e Fortalecimento da Pesca Artesanal, o “Integra Pesca Artesanal Sul”, no âmbito do Projeto GEF Mar, empreitado pelo Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sociobiodiversidade Associada a Povos e Comunidades Tradicionais (CNPT/ICMBio) e a CONFREM, visa promover a valorização sociocultural da pesca artesanal, a qualificação da participação social na gestão ambiental pública e a integração regional dos atores sociais em UCs marinho-costeiras no Sul do Brasil [2].

Buscando a garantia e a sustentabilidade da atividade em meio à diminuição da força produtiva do setor, seja por conta do incremento da pesca industrial, da latente diminuição dos recursos pesqueiros, da contraditória normatização da pesca e de outros fatores que podem ocasionar a deterioração do conhecimento tradicional sobre a pesca e o abandono da profissão [3] [4] [5], o CNPT e a CONFREM têm atuado em ações específicas, tais como: a promoção de ações de comunicação social como estratégia para a integração regional entre pescadores e pescadoras artesanais e outros atores sociais relevantes da região sul; a capacitação voltada para lideranças da

pesca artesanal beneficiárias das UCs, gestores e parceiros, com foco na gestão ambiental e territorial integrada; a produção de material pedagógico em linguagem acessível para subsidiar a formação em gestão socioambiental; e o fortalecimento da identidade coletiva e pertencimento, através da promoção de encontros e intercâmbios de integração regional entre pescadores e pescadoras artesanais, extrativistas marinhos e costeiros, com recorte especial às mulheres e à juventude intergeracional.

Nesse cenário, vislumbrou-se realizar o Curso de GSA Territorial do Sul do Brasil, associando-o às demandas de capacitação levantadas no subprojeto Integra Pesca Artesanal Sul, buscando fortalecer os processos formativos em gestão socioambiental de forma regionalizada, em territórios que historicamente suscitam a necessidade de melhoria da participação social na gestão ambiental pública.

O objetivo deste trabalho é apresentar os principais resultados do Curso de GSA Territorial do Sul e suas contribuições para o fortalecimento da pesca artesanal e integração de comunidades pesqueiras na gestão de unidades de conservação marinho-costeiras da região Sul do país.

Material e Método

Na década de 1960, Paulo Freire destacou a importância do diálogo entre diferentes formas de conhecimento e da aprendizagem colaborativa como abordagens para a educação em busca da liberdade, defendendo a construção do conhecimento através da interação entre ciência e sociedade como uma prática de natureza política e social [6] [7] [8]. Ele também enfatizou a valorização dos saberes locais, a construção do conhecimento a partir da realidade dos indivíduos e a superação da distinção entre pesquisador e objeto de pesquisa, promovendo um modelo de aprendizagem colaborativa entre professor e aluno, pesquisador e pesquisado, e, em última instância, entre ciência e sociedade.

Dessa forma, a abordagem pedagógica do Curso de GSA Territorial do Sul do Brasil visou perpassar tais pressupostos, entendendo que o conhecimento é gerado por meio de um processo de aprendizagem colaborativa, que integra referenciais teóricos e conhecimentos práticos com o objetivo de resolver problemas [9]. Embora haja diversas críticas e percepções em relação ao desenvolvimento participativo, um dos princípios dessa abordagem é o foco no direito à participação e na aprendizagem colaborativa, buscando capacitar as comunidades locais para tomar decisões de forma autônoma. Portanto, a pedagogia utilizada no curso fundamentou-se na teoria e na prática do aprendizado experiencial, especialmente adaptada para a educação de adultos e integrada ao desenvolvimento de habilidades de liderança para o trabalho colaborativo.

O curso foi planejado ao longo de 2022, a partir de subsídios técnicos e diálogos entre a equipe do CNPT e consultores locais juntamente ao Comitê de Acompanhamento do Projeto (CAP), instância deliberativa do subprojeto Integra Pesca Artesanal Sul, composto por pescadores, gestores de UC e pesquisadores, bem como a equipe pedagógica do ciclo GSA, do ICMBio e do componente de capacitação da Divisão de Projetos Especiais (DPES/ICMBio).

A partir de articulações anteriores foi composto um grupo de trabalho (GT) para a organização do curso. Em maio de 2022, em Florianópolis/SC, foi realizada uma oficina para planejar a estrutura pedagógica e os objetivos de aprendizagem do curso, contando com participação de representantes desse GT, instrutores do ciclo GSA, equipe do CNPT, uma liderança da pesca artesanal do Paraná, integrante do Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais do Litoral do Paraná (MOPEAR), consultores e colaboradores que têm participado das ações do GEF Mar na região. Também foram discutidos pontos de convergência entre a proposta geral do ciclo GSA e as demandas de capacitação apresentadas por pescadores artesanais da região sul, sobretudo na possibilidade de contribuir nas principais problemáticas identificadas pelas comunidades pesqueiras, tais como:

conflitos socioambientais, implementação de políticas públicas, participação social, legislação ambiental e pesqueira, cadeia produtiva da pesca, identidade coletiva, entre outras.

Na oficina também foram definidos:

- os sujeitos da ação educativa;
- os conteúdos básicos que poderiam ser ofertados no curso, considerando a base pedagógica e as experiências prévias, e associando aos conteúdos específicos identificados como prioritários na região Sul;
- os potenciais nomes para a equipe de instrutores e de palestrantes convidados,
- o esboço do plano de curso e plano pedagógico;
- a logística e mobilização de atores sociais para o curso;
- a carga horária da iniciativa.

O objetivo geral e os objetivos de aprendizagem do curso foram assim definidos:

- **Objetivo geral:** contribuir para a reflexão sobre limites e potencialidades da participação/integração comunitária e fortalecimento da pesca artesanal e da gestão dos territórios/maretórios e UCs do Sul do Brasil.
- **Objetivos de aprendizagem:**
 - eu/identidade: refletir sobre as diversas dimensões das identidades individuais e suas relações com o trabalho, território e atuação coletiva;
 - crise ambiental e civilizatória: compreender os conflitos como constituintes da sociedade e os diferentes aspectos envolvidos (assimetria de poder, valores, identidade, legislação, atores sociais). Identificar as ameaças ambientais aos modos de vida das populações desses territórios e correlacionar com a crise ambiental como evidência de um modelo da crise civilizatória;
 - gestão ambiental pública, conflitos e territórios/territorialidades: compreender a inter-relação entre os territórios de pesca, as UCs e as políticas públicas;
 - produção, atividade pesqueira e vivência de campo: intercambiar experiências e ideias sobre arranjos produtivos locais da pesca artesanal junto às UCs;
 - participação social e educação ambiental: refletir sobre experiências e desafios para ampliar a participação e organização social em defesa das comunidades e fortalecer a integração comunitária. Identificar os possíveis espaços de participação social no território e compreender sua importância na GAP. Compreender a importância dos processos formativos na qualificação da participação dos atores; e
 - nós/comunidade/coletivo: construir propostas de cenários futuros e estratégias de ação coletiva visando fortalecer a identidade da pesca artesanal.

A abordagem proposta visou trabalhar os diferentes assuntos da pesca artesanal de forma transversal nesses tópicos e tratar as demandas de capacitação por parte de pescadores como forma de solucionar/resolver/mediar/reparar as diferentes problemáticas. O acúmulo de conhecimentos e experiências do CNPT pôde contribuir no processo de mobilização dos sujeitos locais para a capacitação, considerando que o Curso de GSA Territorial Sul se inseria em um projeto maior em andamento, o GEF Mar.

Na oficina ainda foram apresentados e discutidos blocos temáticos centrais do Curso GSA: crise ambiental e civilizatória; conflitos e justiça ambiental; territórios e identidades; gestão ambiental pública; participação social; e educação ambiental. A abordagem pedagógica [8] adotou a perspectiva da inserção do sujeito no processo de gestão socioambiental pública de forma qualificada (formação de base e lideranças na pesca, por exemplo), bem como assuntos relacionados à gestão compartilhada e transformação dos conflitos.

O fio lógico do curso (Figura 1) foi delineado conforme os temas geradores do curso, bem como seu desenvolvimento ao longo dos dias de aulas.

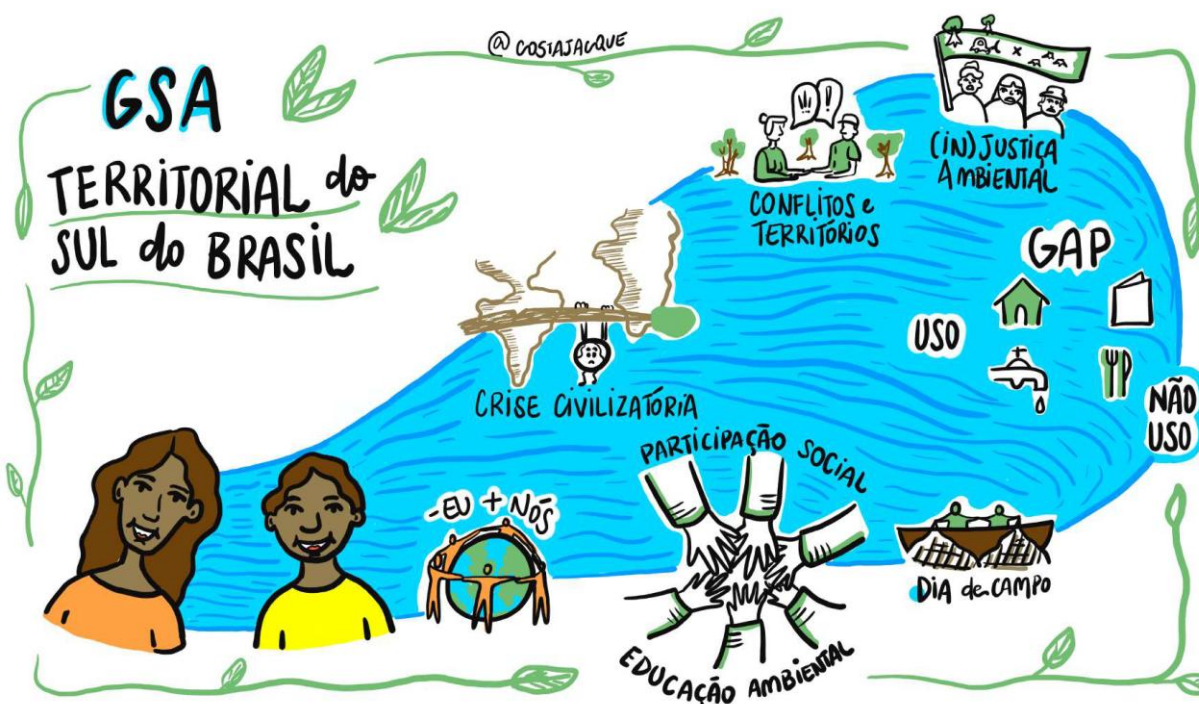


Figura 1 – Fio lógico e temas geradores do Curso de Gestão Socioambiental Territorial do Sul do Brasil.

Foi identificada a necessidade de mobilização dos sujeitos e divulgação do curso nos territórios. Visualizou-se também a necessidade de envolver outras UCs que não estavam diretamente engajadas no subprojeto Integra Pesca Artesanal Sul, mas que mantinham relações intrínsecas com as temáticas abordadas. Para divulgação da iniciativa e do processo seletivo (por meio de inscrições em formulário online), foram realizadas ações de mobilização remota (reuniões virtuais e mensagens via *WhatsApp*) e em campo (em UCs e territórios de interesse) de atores sociais para participação no curso, ao longo do ano de 2022 e início de 2023. Inicialmente delineou-se as vagas de acordo com as UCs, considerando potenciais lideranças da pesca, gestores, conselheiros e outros parceiros. Foram realizados diálogos e ações de mobilização nos territórios com o Núcleo de Gestão Integrada (NGI) do ICMBio Iguape, no estado de São Paulo/SP, NGI ICMBio Antonina-Guaraqueçaba e PARNA Marinho da Ilha dos Currais, no estado do Paraná/PR, NGI ICMBio Florianópolis e Área de Proteção Ambiental (APA) da Baleia Franca, no estado de Santa Catarina/SC, Refúgio de Vida Silvestre (REVIS) da Ilha dos Lobos, Parque Nacional (PARNA) da Lagoa do Peixe, no estado do Rio Grande do Sul/RS (Figura 2).

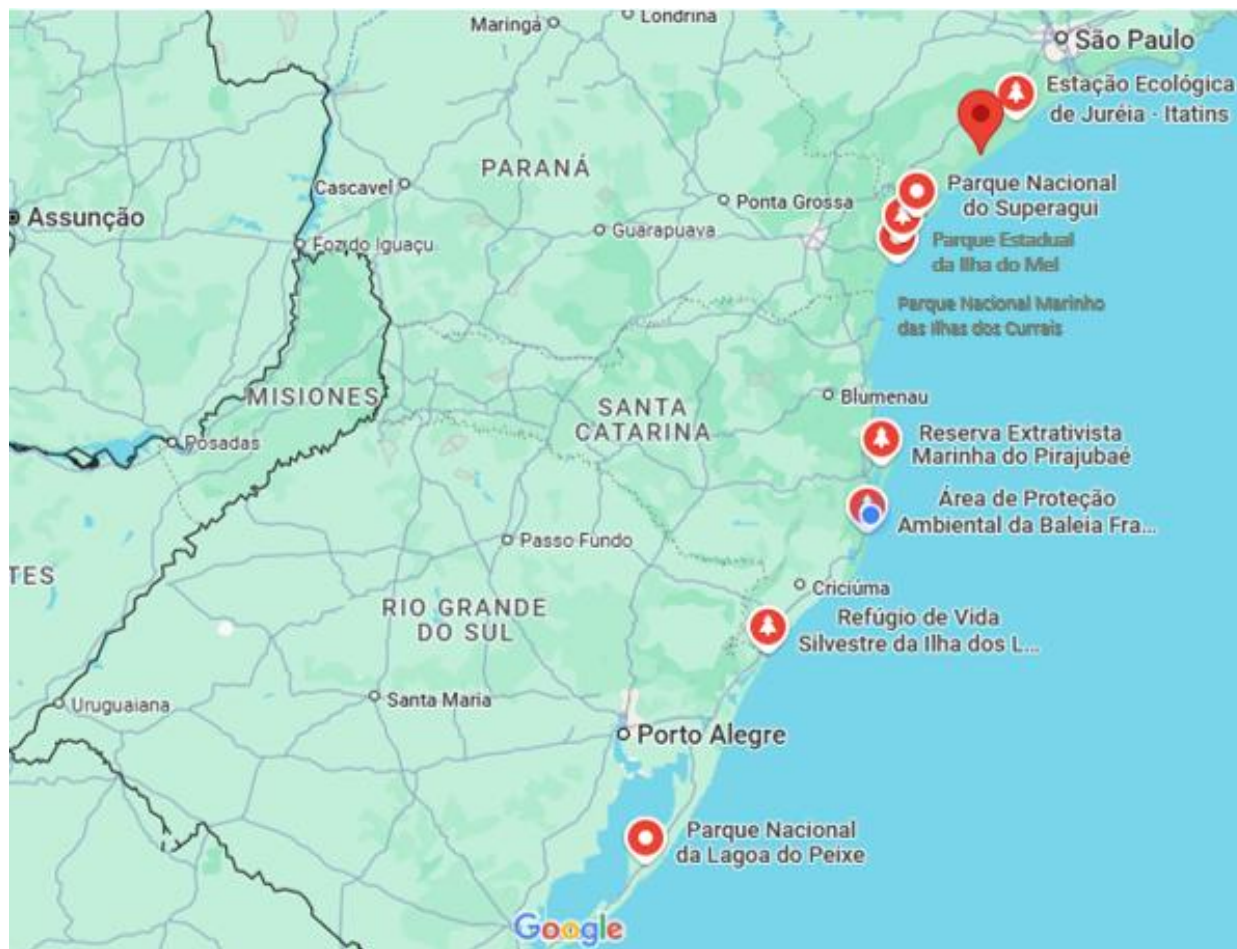


Figura 2 – Localização das unidades de conservação que tiveram participantes no curso.

O critério para certificação foi a presença integral no curso, com participação nas atividades propostas. As aulas foram conduzidas por servidores do ICMBio e convidados, provenientes de movimentos sociais, como a CONFREM e o MOPEAR, e de universidades da região. Cabe destacar a realização de registro audiovisual de todo o evento por equipe contratada pelo projeto.

Resultados

O curso teve duração de 40 horas e foi realizado de modo condensado e presencial, entre os dias 13 a 17 de março de 2023, no Centro de Treinamento da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (CETUBA/EPAGRI), em Tubarão, Santa Catarina. Ao longo do evento, participaram 34 cursistas (sem contar os representantes da equipe pedagógica e convidados externos), sendo representantes de entidades da pesca, de movimentos sociais e da gestão de dez UCs de quatro estados do Brasil (Figura 3).

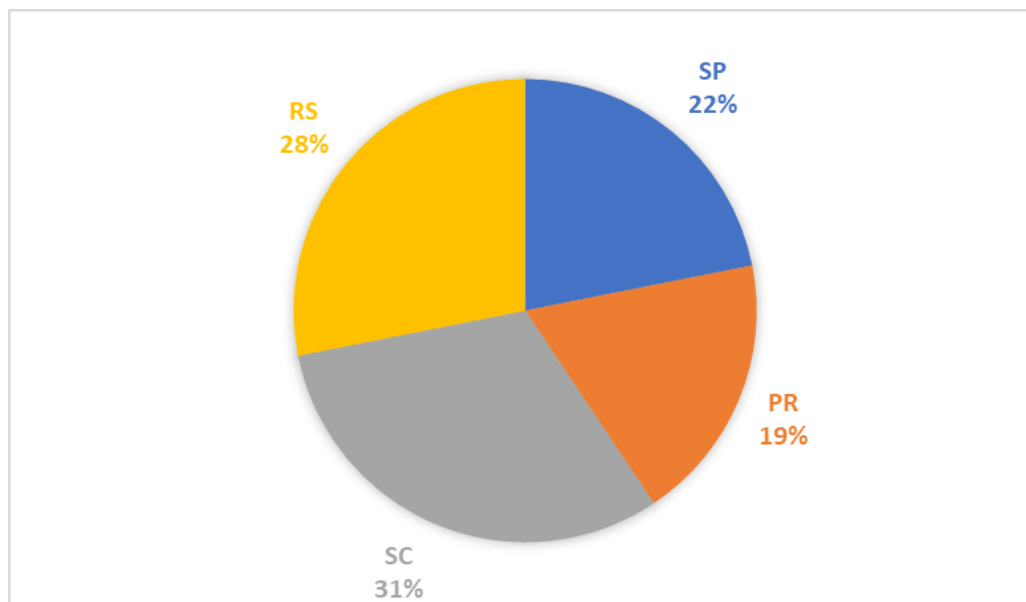


Figura 3 – Distribuição dos cursistas de acordo com seus estados de origem.

Foi priorizada a seleção de representantes da pesca artesanal que exerciam funções formais ou informais de lideranças comunitárias locais, bem como pessoas beneficiárias de termos de compromisso ou representantes de movimentos sociais relacionados à pesca artesanal. Os participantes do ICMBio foram selecionados conforme as UCs em que atuavam e sua relação com a temática socioambiental. A composição dos cursistas foi de 66% de comunitários das UCs e 34% de gestores e colaboradores do ICMBio. Lideranças da pesca artesanal de outras regiões do Brasil também foram convidadas, tendo a presença de uma participante da Amazônia, representante da CONFREM, que também foi palestrante.

Inicialmente o curso era voltado para as três UCs beneficiárias do projeto GEF Mar: PARNA da Lagoa do Peixe, REVIS da Ilha dos Lobos e APA da Baleia Franca. Contudo, ao vislumbrar o potencial de abrangência do curso em outros territórios que possuíam similaridades socioambientais, ampliou-se o número de UCs, entre federais e estaduais (Figura 4).

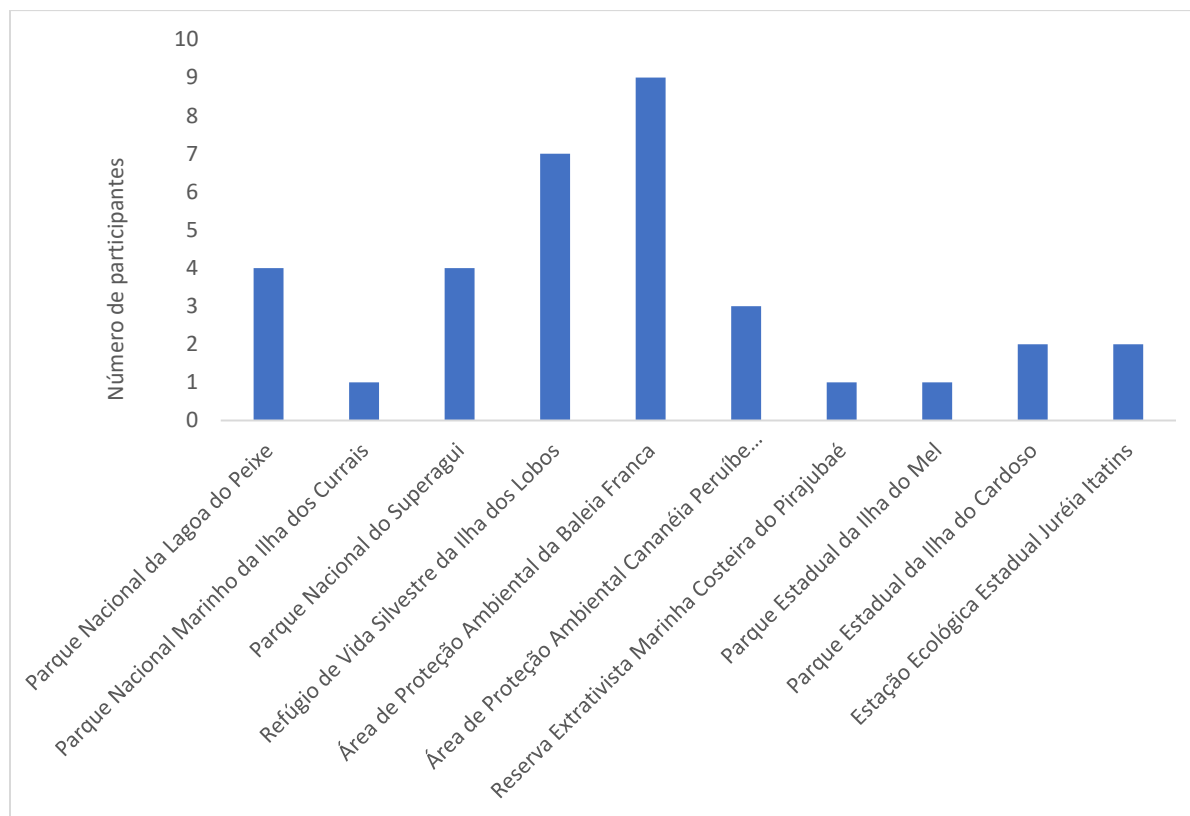


Figura 4 – Distribuição dos cursistas conforme os territórios relacionados às unidades de conservação.

Cabe destacar que parte das lideranças mobilizadas e selecionadas para o curso integraram a realização do primeiro ciclo de subprojetos do GEF Mar na região Sul, entre 2017 e 2019. No período, o componente de integração comunitária do Projeto GEF Mar promoveu o projeto “Fortalecimento de Organizações e Lideranças da Pesca Artesanal e Integração Regional” em duas UCs no Sul do Brasil: REVIS Ilha dos Lobos e APA da Baleia Franca, em ações conjuntas de integração regional com o CNPT e a CONFREM. O projeto demonstrou resultados importantes no contexto da gestão territorial e do fortalecimento comunitário. Foram realizados eventos de formação de lideranças e encontros de integração regional entre pescadores e pescadoras, promovendo a troca de experiências em práticas de uso sustentável dos recursos naturais e a formação de parcerias regionais.

A programação do curso visou atender as premissas do Ciclo de Gestão Socioambiental ordinariamente promovido pelo ICMBio, associando-as às demandas de capacitação suscitadas pelos pescadores e pescadoras ao longo da execução dos dois ciclos do Projeto GEF Mar na região. Dessa forma, a agenda pedagógica do curso resultou nos objetivos e conteúdos elencados no Quadro 1.

Quadro 1 – Agenda pedagógica do Curso de Gestão Socioambiental Territorial do Sul do Brasil.

Tema	Objetivos	Conteúdos
Identities	- Refletir sobre as diversas dimensões das identidades e suas relações com o modo de vida/visão de mundo, trabalho, território, gênero e atuação coletiva.	- Identidades complexas; - Identidades das(os) pescadoras(os) artesanais e gestoras(es) e seus significados (aspectos culturais, sociais, econômicos, históricos); - Formação das identidades a partir da relação com os semelhantes e com os diferentes;

Crise civilizatória e ambiental	- Identificar as ameaças socioambientais aos modos de vida das populações desses territórios; - Correlacionar a crise ambiental como consequência e evidência do modelo civilizatório.	- Crise ambiental como evidência da crise civilizatória; - Crise civilizatória e ambiental, desdobramentos nos territórios e governança.
Conflitos, maretórios, territórios e territorialidades	- Compreender os diferentes elementos que constituem os conflitos e os limites e possibilidades para transformá-los; - Identificar as múltiplas territorialidades que interagem em um determinado contexto ambiental, e como essa interação gera e influencia os conflitos; - Compreender a inter-relação entre os territórios de pesca, as UCs e as políticas públicas e as possibilidades de interações estratégicas para buscar a compatibilização de múltiplos objetivos e interesses.	- Territórios/maretórios e territorialidades e identidades; - Conflitos em UCs e estratégias de mediação e compatibilização de direitos.
Justiça ambiental e climática e gestão ambiental pública	- Compreender as dinâmicas estruturais que geram situações de injustiça ambiental e o papel dos movimentos sociais e do Estado na busca pela redução de assimetrias socioambientais.	- Conceito de Justiça Ambiental e sua evolução; - O papel do Estado na gestão ambiental.
Vivência de campo	- Trocar experiências e ideias sobre arranjos produtivos locais e a organização social da pesca artesanal e do extrativismo junto às UCs.	- Soluções locais possíveis, experiências, boas práticas e/ou transformação de conflitos; - Possibilidades de intercâmbio/integração.
Participação social na gestão ambiental pública	- Refletir sobre experiências e desafios para ampliar a participação e organização social em defesa das comunidades e fortalecer a integração comunitária; - Identificar os possíveis espaços de participação social nos maretórios e territórios e compreender sua importância na GAP.	- Participação social: conceito de participação social; limites e possibilidades na GAP; - Redução de assimetrias socioambientais; - Espaços e instrumentos de gestão que demandam e fortalecem a participação social.
Educação Ambiental e gestão participativa	- Compreender a importância dos processos formativos na qualificação da participação social dos atores na gestão.	- Educação como possibilidade de qualificação de sujeitos na organização e participação social e GAP; - Educação ambiental crítica.
Identidades: “Nós” como comunidade e coletivo	- Construir propostas de cenários futuros e estratégias de ação coletiva visando fortalecer a pesca artesanal e o extrativismo costeiro-marinho sustentável.	- Conceito de povos e comunidades tradicionais - Compartilhar agendas entre instituições e sujeitos; - Construir propostas de cenários e estratégias de ação coletiva visando o fortalecimento da pesca artesanal e a gestão dos territórios e UCs do sul do país.

A partir da Oficina de Planejamento, cada grupo de instrutores elaborou seu plano de aula de acordo com os conhecimentos, habilidades e atitudes que almejavam desenvolver em sala de aula, conforme cada temática definida nos objetivos de aprendizagem e fio lógico do curso. À medida que as problemáticas iam se apresentando, muitas vezes foi necessário fazer adaptações às dinâmicas inicialmente planejadas. Isso foi uma premissa que já se tinha em vista desde a oficina de planejamento, uma vez que os sujeitos da ação educativa eram bastante diferenciados, pois traziam suas experiências práticas de forma bastante consistente, contribuindo para a construção do conhecimento.

O nível das discussões foi bastante aprofundado, visto que os cursistas traziam um arcabouço de conhecimentos, vivências e lutas que possibilitou correlacionar os conteúdos teóricos com questões práticas dos diversos territórios. Foi possível compreender que as problemáticas são bastante similares nos diferentes locais, sendo as assimetrias sociais e econômicas as principais razões para as diferenças de acesso aos recursos naturais.

Uma inovação do Curso de GSA Territorial do Sul do Brasil foi a proposta de incluir atividade de campo na programação, de forma a entender casos concretos dos conteúdos trabalhados em sala. Tal ideia vai ao encontro do anseio da categoria da pesca artesanal que postulou a importância de se fazer vivências de campo e intercâmbios para entender a práxis da atividade, bem como as mudanças e variações da atividade pesqueira. A saída de campo ocorreu na região do Farol de Santa Marta, município de Laguna/SC, em território da APA da Baleia Franca, em que se destacaram a visita no rancho de pesca da Praia do Cardoso, onde ocorreram debates sobre a organização social da pesca artesanal. Também foi realizada uma visita na Lagoa da Cigana, com uma roda de conversa sobre a pesca lagunar do camarão com o petrecho conhecido como aviãozinho e discussões sobre os arranjos produtivos locais. Ademais, houve a troca de experiências acerca da cadeia produtiva da pesca, importância da identidade coletiva, sobretudo da pesca artesanal, entre outras.

Algumas iniciativas comunitárias também se destacaram durante o curso, como a mobilização em torno do fandango caiçara promovida pela Associação Jovens da Jureia (Iguape/SP), a defesa das tradições no bairro do Campeche (Florianópolis/SC) e o protagonismo do MOPEAR e da Articulação de Comunidades Tradicionais da Ilha do Cardoso no desenvolvimento de protocolos de consulta livre, prévia e informada.

Ainda sobre a atuação do MOPEAR e da Articulação de Comunidades Tradicionais da Ilha do Cardoso, durante o curso as lideranças presentes tomaram a iniciativa de teatralizar o processo de consulta às comunidades, com ênfase para o conjunto de regras que estabelece como deve ser feita a consulta a povos e comunidades tradicionais em seus territórios de atuação. Foram representadas a chegada dos empreendedores, pesquisadores e órgãos públicos, a forma como cada um desses segmentos se aproxima das comunidades e suas diferentes abordagens, visando atingir seus objetivos. Também foi demonstrado como as comunidades costumam se organizar ao receber propostas de estudos, implantação de empreendimentos ou ações governamentais, ilustrando as reuniões que as lideranças fazem com os moradores, e o desenvolvimento do processo de tomada de decisão. Os protocolos de consulta foram um grande destaque como instrumento de orientação para a realização da consulta de forma livre, prévia, informada e de boa fé.

Outra inovação foi a abordagem transversal adotada no trabalho com o tema da ‘Identidade’, em atenção ao destaque que esse tema vinha alcançando nas ações de integração regional do subprojeto Integra Pesca Artesanal Sul. Além de abrir e fechar o curso, o tema perpassou as discussões no âmbito dos demais conteúdos.

Nesse tema foi possível perceber convergências entre as vivências relatadas por pescadoras(es) artesanais (concernentes às noções sobre alteridade, à relação com o território e à tradição) e o conceito de povos e comunidades tradicionais. Foi discutida a relevância desse conceito no contexto de integração regional e luta coletiva desses atores. Algumas das experiências concretas dos cursistas que ilustram esses pontos de convergência incluem, por exemplo:

- o órgão ambiental sendo percebido como um ‘outro’, movido por uma lógica ‘outra’ no litoral sul de São Paulo: “A visão deles é diferente da nossa. Para nós importa a sobrevivência, para eles, conservar para gerar lucro, são capitalistas”;
- a intrínseca relação com o ritmo das marés nos manguezais da região Amazônica: “A dinâmica da maré reflete nos nossos corpos”; e
- o papel da oralidade no processo de transmissão do conhecimento em torno do fandango caiçara: “A gente aprende sem ninguém ensinar”.

No tema 'Conflito, território e territorialidades', foi promovida a reflexão sobre o conceito de 'maretório', que vem sendo consolidado em nível nacional com o protagonismo da CONFREM. Foi discutida a sua relação com o conceito 'território', e a necessidade de se considerar as especificidades das zonas costeiras e marinhas e dos modos de vida a elas intimamente associados. Foi destacado por exemplo, o tempo/regime das marés e o vínculo tanto com o mar quanto com a terra como aspectos centrais para esses modos de vida.

No âmbito desse tema, foi objeto de numerosos debates a relação muitas vezes conflituosa entre PCTs e órgãos de meio ambiente. Foi apontado que o alinhamento destes aos interesses prioritariamente conservacionistas ou de grupos econômicos (ligados, por exemplo, aos setores imobiliário, turístico e da pesca industrial) fundamentaria alegações em torno de uma suposta incompatibilidade entre os objetivos de PCTs e a conservação da biodiversidade. Também foi defendido que as normativas pesqueiras devem considerar melhor as especificidades de cada território e os conhecimentos e práticas tradicionais associados, considerando, por exemplo, o período de safra/defeso das espécies e os petrechos permitidos/proibidos.

Argumentou-se, por exemplo, que generalizações sobre o limite de tamanho para embarcações da pesca artesanal e sobre o caráter predatório de certos petrechos invisibilizam casos peculiares, como: o das embarcações de boca aberta utilizadas na região do Farol de Santa Marta, do conhecimento tradicional acumulado sobre o uso sustentável do gerival nas baías Norte e Sul de Florianópolis, e da pesca com cerco-fixo no Complexo Estuarino de Paranaguá.

Outros temas também geraram discussões aprofundadas; alguns deles se apresentaram como fundamentos basilares para o entendimento da gestão ambiental pública, como os conceitos de justiça e injustiça ambiental e a crise civilizatória. Temas como educação ambiental e gestão participativa revelaram sua importância na aplicação prática visando a busca por soluções de problemas, reivindicação de direitos e fortalecimento das comunidades.

De modo geral, a equipe do CNPT e o Comitê de Acompanhamento do Projeto (CAP) avaliaram que o curso cumpriu com as expectativas, pois proporcionou conteúdos teóricos, saída de campo e discussões acerca da realidade das comunidades pesqueiras e da gestão ambiental em UCs marinho-costeiras. Com isso, foi possível verificar oportunidades e desafios no enfrentamento das diferentes problemáticas e conflitos socioambientais, bem como para a implementação de políticas públicas, para a participação social e o melhor entendimento da legislação ambiental e pesqueira.

Por fim, cabe destacar que o curso contou com o registro audiovisual das atividades por empresa contratada, de forma a constituir uma série de videoaulas, sendo produzida com o objetivo de disponibilizar os principais conteúdos trabalhados para os cursistas, outros atores de seus territórios e para a sociedade em geral. A equipe do CNPT coordenou a elaboração de roteiros, produção e direção das videoaulas a partir da captação audiovisual do evento. Isso foi feito em parceria com a empresa responsável pelo material, a qual realizou a montagem, edição e finalização dos vídeos. Os roteiros foram revisados e validados com os moderadores, instrutores e demais participantes cujos relatos compõem os vídeos, os quais concederam autorização de uso de imagem e falas. Ademais, os vídeos foram vistos e validados pelo CAP e grupo de participantes do curso mediante compartilhamento do material no grupo de *WhatsApp*. Essa etapa de produção das videoaulas foi encerrada em setembro de 2023 e os materiais podem ser visualizados em Canal do CNPT na plataforma YouTube [10].

Discussão

A abordagem do Curso de Gestão Socioambiental Territorial do Sul do Brasil partiu do pressuposto de que definições fechadas não poderiam direcionar o processo educativo, e sim o compartilhamento de diversos entendimentos e experiências sobre conceitos e problemas, gerando novas ideias e formas de análise [8]. A iniciativa partiu de objetivos de aprendizagem claros, além das habilidades e atitudes que se pretendiam

desenvolver nos cursistas, contudo, havia também a abertura para a construção do conhecimento de forma coletiva, com base nas experiências e vivências de cada participante. Isso foi um grande diferencial, que possibilitou compreender que as competências necessárias para o enfrentamento das problemáticas inerentes a cada território também perpassam pelas questões identitárias individuais e coletivas, em que os sujeitos desse processo protagonizam uma história, projetando seu lugar no mundo como um alicerce para a construção do conhecimento. Os conteúdos foram fundamentais para delinear as temáticas a serem exploradas, mas estavam intimamente ligados à intencionalidade pedagógica, que visou desenvolver habilidades cognitivas mais complexas, sempre conectadas aos contextos em que os participantes estavam inseridos.

O curso evidenciou a necessidade de uma melhor compreensão das identidades em torno da pesca artesanal, pesca de pequena escala e pesca tradicional, enquanto expressões de modos de vida e visões de mundo particulares, para além de uma atividade profissional com fins comerciais. Entendimentos que vem sendo construídos no campo das Ciências Sociais sobre cultura e identidade podem contribuir nesse sentido, tais como: cultura como um “tecido de significados a partir do qual o ser humano interpreta sua experiência e guia suas ações” [11]; identidade como processo social e dinâmico, que envolve a definição de limites entre “nós” e “eles” [12], muitas vezes em “trincheiras de resistência” [13]. Cultura e identidade são entendidas como derivadas da vida social, na qual a relação com um “outro” hegemônico leva à criação de processos de afirmação e resistência [13] [14].

Ao longo do subprojeto de Integração Comunitária e Fortalecimento da Pesca Artesanal – Integra Pesca Artesanal Sul – foram elencadas várias demandas de capacitação para o setor da pesca artesanal no contexto das UCs do Brasil. Assim, fez-se necessário empreender esforços em ações formativas visando suprir lacunas de competências de pescadores e pescadoras artesanais e outros atores sociais relevantes para a gestão ambiental pública e manutenção da tradicionalidade pesqueira. No tocante ao papel do Estado, é sua atribuição transformar a gestão ambiental em um espaço público, evitando a exclusão de atores sociais menos visíveis e impactados negativamente pelas decisões do Poder Público [15]. Esses atores muitas vezes não possuem um arcabouço organizacional para participar de forma qualificada na gestão ambiental e defender seus interesses. Essas assimetrias não se limitam à distribuição de custos e benefícios, mas também afetam o aspecto cognitivo e organizacional dos grupos sociais, dificultando a defesa de direitos. Desta forma, faz-se necessário que o próprio Poder Público incentive e promova formações para que esses atores sociais menos privilegiados tenham asseguradas as suas possibilidades de defender seus direitos frente à mercantilização progressiva do meio ambiente.

As lutas das populações mais vulneráveis frente aos impactos ambientais vão além do embate às formas de acumulação de capital, pois representam também um campo de disputa política e de representações socioculturais sobre o meio ambiente que visam instaurar a igualdade e a justiça na defesa de seus direitos sociais, territoriais e culturais de uso e apropriação da natureza. Uma vez que a natureza é desigualmente apropriada entre as classes sociais, os problemas ambientais gerados também são desigualmente distribuídos entre elas [16] [17]. Nesse sentido, entende-se por injustiça ambiental a “imposição desproporcional dos riscos e impactos ambientais às populações menos dotadas de recursos financeiros, políticos e informacionais” [16]. Essa definição parte da constatação de que os mais afetados pelos riscos e impactos ambientais negativos, provocados tanto pelas atividades de extração e apropriação dos recursos naturais quanto pela disposição de resíduos, são as populações mais pobres e os grupos étnicos negativamente discriminados.

Na tentativa de mediação dos processos anteriores, o direito socioambiental atua em paralelo ao movimento de justiça ambiental. No Brasil, por um lado, a Constituição de 1988 representou um novo paradigma jurídico que reconhece e protege um conjunto de direitos e interesses coletivos referentes ao meio ambiente, à

cultura, ao desenvolvimento socioeconômico sustentável e ao respeito às etnias e suas formas de vida. Isso se expressa mais recentemente, entre outras formas, na legislação infraconstitucional, tais como a aprovação do Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004 [18], que promulgou no país a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre o direito à consulta e ao consentimento prévio, livre e informado dos povos indígenas e tribais; e o Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007 [19], que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, categoria em que se inserem as comunidades pesqueiras artesanais [20].

Considerando-se o cenário de crise que afeta atualmente o setor pesqueiro artesanal, um dos desafios prioritários a serem enfrentados consiste em aproveitar ao máximo possível o potencial criativo desencadeado [21], visando ampliar as oportunidades de superação mediante o aprendizado permanente e o monitoramento frequente das consequências das intervenções humanas na dinâmica dos sistemas socioecológicos. Partindo dessa premissa, o curso incentivou o pensamento crítico e potencializou a capacidade de resolução de problemas complexos. Como resultado, foi organizada uma série de encaminhamentos do encontro, que possibilitará uma melhor organização da categoria para a busca de soluções, como, por exemplo: a reivindicação de criação de reservas extrativistas marinhas na região, a ampliação da participação em comitês do Ministério da Pesca e Aquicultura, a melhoria das normativas e engajamento na elaboração de políticas públicas visando melhor contemplar a sociobiodiversidade da pesca artesanal, a fiscalização ambiental educativa e alinhada aos princípios da gestão socioambiental e a promoção de ações formativas e de intercâmbios para troca de aprendizados entre pescadores e pescadoras.

Os recursos pesqueiros se enquadram na categoria de uso comum, isto é, são bens livres, aos quais cada usuário é capaz de utilizar, sobreexplorar e inclusive excluir os recursos que também pertence a todos os demais [22]. Assim, é preciso que as regulamentações atinjam todas as modalidades possíveis de apropriação e uso, de forma a proteger e incentivar a pesca artesanal, em contraposição às formas danosas da pesca industrial [23]. O estabelecimento de períodos de pesca e defeso, cotas de pesca, tecnologias seletivas e proteção de áreas marinhas, fundamentado no protagonismo do segmento da pesca artesanal e na valorização de seus saberes e fazeres, é essencial para que os recursos pesqueiros continuem disponíveis e a atividade artesanal da pesca possa prevalecer [24].

Refletindo as discussões e encaminhamentos do curso, o conceito sistêmico de gestão adaptativa se relaciona a todas essas dimensões. Essa abordagem permite definir projetos, programas e políticas de intervenção como hipóteses de trabalho, em que as ações de gestão são encaradas como experimentos de pesquisa inter e transdisciplinar [25] [26], almejando assim a manutenção da resiliência sistêmica e a busca por respostas sociais e institucionais às questões relacionadas à escassez de recursos, à erosão do conhecimento tradicional, à austeridade da gestão pública convencional, aos processos de gentrificação dos territórios tradicionais costeiro-marinhos, dentre outros. Assim, a gestão socioambiental deve não apenas promover a conservação e o desenvolvimento socioambiental por meio do envolvimento da sociedade na gestão ambiental pública, mas também fomentar a capacidade de organização das camadas sociais mais atingidas pela mercantilização do meio ambiente.

Conclusão

É importante que a atuação do ICMBio seja pautada na valorização da participação social, no diálogo interinstitucional e no desenvolvimento de estratégias integradas de gestão territorial e da sociobiodiversidade, considerando as diversas camadas que compõem os espaços especialmente protegidos, uma vez que a gestão socioambiental deve não apenas promover a conservação e o desenvolvimento socioambiental por meio do

envolvimento da sociedade na gestão ambiental pública, mas também fomentar a capacidade de organização das camadas sociais mais atingidas pela mercantilização do meio ambiente.

O Curso GSA Territorial Sul foi fundamental para a troca de experiências e o compartilhamento de saberes locais, tradicionais, técnicos e científicos, contribuindo para a construção coletiva do conhecimento, a formação política dos participantes e o delineamento de estratégias conjuntas. Nesse sentido, essa iniciativa deve ser estimulada em territórios específicos que historicamente suscitam a necessidade de melhoria da participação social na gestão ambiental pública, especialmente relacionados ao segmento da pesca artesanal, tendo em vista os diferentes conflitos e injustiças socioambientais observados e enfrentados pela categoria no país.

Referências

1. Fontana A, Martins JC, Cunha CC, Santin L, Fabiano F, Dino K. Promoção da participação social na gestão ambiental pública: a formação de gestores ambientais no ICMBio. In: Anais do 7º Seminário Brasileiro sobre Áreas Protegidas e Inclusão Social e do 2º Encontro Latino-Americano sobre Áreas Protegidas e Inclusão Social; 2015 nov 19–22; Florianópolis. Florianópolis: UFSC; 2015. p. 879–886. Disponível em: <https://sapiselapis2015.paginas.ufsc.br/2015/11/18/anais-do-vii-sapis-e-ii-elapis/>
2. Valadares KMO, Silva HJH, Andrade R, Soares AKA, Ikemoto E, Fichino BS, et al. Experiências dos Projetos de Integração Comunitária no âmbito do GEF-Mar: monitoramento das ações na zona costeira e marinha das regiões Nordeste e Sul do Brasil. In: Raymundo MHA, Trovarelli RA, Branco EA, Brianezi T, editores. Da implementação ao monitoramento do Projeto Político Pedagógico da Zona Costeira e Marinha do Brasil: MonitoraEA-PPPZCCM. Brasília: MMA; 2024. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1iVX2vumclFG3WfVd0NoiZutvvAtnir-F/view>
3. Jentoft S. Social justice in the context of fisheries: a governability challenge. In: Bavinck M, Chuenpagdee R, Jentoft S, Kooiman J, editores. Governability of fisheries and aquaculture: theory and applications. Heidelberg: Springer; 2013. p. 45–65. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/285325554_Social_Justice_in_the_Context_of_Fisheries_-_A_Governability_Challenge
4. Diegues AC. Artisanal fisheries in Brazil. Chennai: Samudra Monograph; 2006. 82 p. Disponível em: <https://www.icsf.net/wp-content/uploads/2006/09/930.ICSF114.pdf>
5. Azevedo NT, Pierri N. A política pesqueira no Brasil (2003–2011): a escolha pelo crescimento produtivo e o lugar da pesca artesanal. *Desenvolv Meio Ambiente*. 2014; 32: 61–80. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/35547>
6. Freire, P. Educação como prática da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 1967.
7. Freire, P. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 1970.
8. Freire, P. Por uma pedagogia da pergunta. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 1985.
9. Chambers R. The origins and practice of participatory rural appraisal. *World Dev*. 1994; 22(7): 953–69. Disponível em: https://entwicklungspolitik.uni-hohenheim.de/uploads/media/Day_4_-_Reading_text_8.pdf
10. Ikemoto E, Valadares KMO, Silva HJH, Schamberg JH. Série de videoaulas do Curso de Gestão Socioambiental Territorial do Sul do Brasil. Florianópolis: CNPT/ICMBio; 2023. Disponível em: https://www.youtube.com/playlist?list=PL3WbqAD_r0v9aX5PcwPeHhtbg5jmJj4ED
11. Geertz, C. The interpretation of cultures. New York: Basic books; 1977.
12. Finke P, Sökefeld M. Identity in anthropology. In: Callan H, Coleman S, editores. The international encyclopedia of anthropology. New Jersey: Wiley Blackwell; 2018. p. 1–13. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/9781118924396.wbiea2142>
13. Castells M. O poder da identidade. São Paulo: Paz e Terra; 1999.
14. Moberg M. Culture. In: Pedersen L, Cliggett L, editores. The Sage handbook of cultural anthropology. London: Sage Publications; 2021. p. 17–33. Disponível em: <https://sk.sagepub.com/hnbk/edvol/the-sage-handbook-of-cultural-anthropology/chpt/1-culture>
15. Quintas JS. Introdução à gestão ambiental pública. 2. ed. Brasília: IBAMA; 2006. Disponível em: https://www.icmbio.gov.br/educacaoambiental/images/stories/biblioteca/educacao_ambiental/QUINTAS_Jos%C3%A9_Silva_-_Introdu%C3%A7%C3%A3o_%C3%A0_Gest%C3%A3o_Ambiental_P%C3%BAblica.pdf
16. Acseelrad H, Mello CCA, Bezerra GN. O que é justiça ambiental. Rio de Janeiro: Garamond; 2009.

17. Acselrad H. Ambientalização das lutas sociais. *Estud Av.* 2010; 24(68): 103–19. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/hSdks4fkGYGb4fDVhmb6yxk/>
18. Organização Internacional do Trabalho. Convenção nº 169 sobre povos indígenas e tribais em países independentes. Genebra: OIT; 1989. Incorporada pelo Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004. *Diário Oficial da União.* 2004 abr 20; Seção 1:1.
19. Brasil. Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. *Diário Oficial da União.* 2007 fev 8. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm
20. Cavedon FS, Vieira RS. Socioambientalismo e justiça ambiental como paradigma para o sistema jurídico-ambiental: estratégia de proteção da sociobiodiversidade no tratamento dos conflitos jurídico-ambientais. *Âmbito Jurídico.* 2007; (40). Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=fe184ec3276a986a>
21. Rebouças NM, Filardi ACL, Vieira PF. Gestão integrada e participativa da pesca artesanal: potencialidades e obstáculos no litoral do Estado de Santa Catarina. *Ambient Soc.* 2006;9(2):83–104. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/asoc/a/ybkwXYq6nBkRK5xJs4pm6WG/>
22. Feeny D, Berkes F, McCay BJ, Acheson JM. The tragedy of the commons: twenty-two years later. *Hum Ecol.* 1990; 18(1): 1–19. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/BF00889070>
23. Vasconcellos M, Diegues AC, Sales RR. Limites e possibilidades na gestão da pesca artesanal costeira. In: Costa AL, editor. *Nas malhas da pesca artesanal.* Brasília: IBAMA; 2007. p. 15–83. Disponível em: <https://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/color/limitesohright.pdf>
24. Kalikoski D, Neto JD, Thé APG, Ruffino ML, Filho SM. Gestão compartilhada do uso sustentável de recursos pesqueiros: refletir para agir. Brasília: IBAMA; 2009. Disponível em: <https://www.ibama.gov.br/phocadownload/biodiversidade/biodiversidade-aquatica/gestao-pesqueira/publicacoes/2009-gestao-compartilhada-recursos-pesqueiros-refletir-para-agir.pdf>
25. Berkes F, Mahon R, McConney P, Pollnac R, Pomeroy R. Managing small-scale fisheries: alternative directions and methods. Ottawa: IDRC; 2001. Disponível em: <https://idrc-crdi.ca/en/book/managing-small-scale-fisheries-alternative-directions-and-methods>
26. Berkes F. Cross-scale institutional linkages: perspectives from the bottom up. In: Ostrom E, Dietz T, Dolsak N, Stern PC, Stonich S, Weber EU, editores. *The drama of the commons.* Washington (DC): National Academy Press; 2002. p. 293–321. Disponível em: <https://nap.nationalacademies.org/catalog/10287/the-drama-of-the-commons>

Biodiversidade Brasileira

Fluxo Contínuo

v. 16 n.1, 2026

<https://revistaelectronica.icmbio.gov.br/index.php/BioBR/>

Biodiversidade Brasileira é uma publicação eletrônica científica do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) que tem como objetivo fomentar a discussão e a difusão de experiências em conservação e manejo de unidades de conservação, gestão e uso sustentável de recursos naturais renováveis, biodiversidade e espécies ameaçadas, fiscalização e proteção da biodiversidade e patrimônio natural, e educação e formação para a conservação da sociobiodiversidade.

ISSN: 2236-2886